



Nossa Senhora da Conceição, Padroeira de Portugal*

João José Brandão Ferreira**

I

DATA ESPECIAL DA NAÇÃO PORTUGUESA: 8 DE DEZEMBRO

“Salve, Nobre Padroeira,
Do povo teu protegido,
Entre todos escolhido,
Para povo do Senhor.
Ó glória da nossa Terra,
Que tens salvado mil vezes!
Enquanto houver Portugueses,
Tu serás o seu amor!”

Padre Francisco Malhão

Há datas que marcam a História dos povos.

É o caso do 8 de Dezembro de 1646.

Dia que, ao abrigo do artigo 3º da Concordata entre Portugal e a Santa Sé, de 2004, é uma festa de guarda e feriado nacional de âmbito religioso, que coincidiu até há pouco tempo (e devia ter continuado) como “Dia da Mãe”.

Mas é muito mais do que isso.

O Culto Mariano corre paredes-meias com a História de Portugal desde o seu início. Maria, Mãe de Jesus, sempre teve um lugar especial no coração dos portugueses e não tem paralelo com outros povos. Por isso, tem toda a propriedade chamar ao país da extrema ocidental da Europa, a Terra de Santa Maria. E não é por acaso que a maioria das mulheres portuguesas tem o termo “Maria” no seu nome. O que, infelizmente tem vindo a ser maculado por modismos espúrios de Cátias, Tatianas e Vanesas...

Mas, também, qual a matriz cultural portuguesa que não tem vindo a ser maculada nas últimas quatro décadas? Segundo a tradição secular, após a Batalha de Aljubarrota, o Condestável D. Nuno Álvares Pereira (São Nuno de Santa Maria), mandou construir a Igreja de Nossa Senhora do Castelo, em Vila Viçosa, consagrando o novo Templo a Nossa Senhora da Conceição, o primeiro construído em toda a Península Ibérica com este fim. Encomendou ainda, em Inglaterra, uma imagem em pedra da dita Senhora, para ser Venerada nessa igreja e onde ainda permanece.

O culto foi tomando raízes, com a fundação de muitas Irmandades, a mais antiga das quais é a da actual freguesia dos Anjos, em Lisboa, criada em 1589.

Mas o facto verdadeiramente notável (creio que único no mundo), que veio a ocorrer, foi a decisão do Rei, Senhor D. João IV, após ter apresentado (e sido aprovado) nas Cortes Gerais de 1645/1646 ter, por provisão régia de 25 de Março deste último ano, proclamado solenemente que Nossa Senhora da Conceição seria a Rainha e Padroeira de Portugal e de todos os seus territórios ultramarinos.

É mister recordar tal proclamação, que devia ser tida como estruturante da Nação Portuguesa e um dos nossos “segredos” de família: “... assentamos de tomar por padroeira de Nossos Reinos e Senhorios, a Santíssima Virgem, Nossa Senhora da Conceição, na forma dos Breves do Santo Padre Urbano VIII, obrigando-me a aceitar a confirmação da Santa Sé Apostólica e lhe ofereço em meu nome e do príncipe D. Theodósio, e de todos os meus descendentes, sucessores, reinos, senhorios e vassallos e Sua Santa Caza da Conceição esta em Vila Viçosa...”.

Nesse mesmo dia 25 de Março de 1646, foi realizada uma sessão solene de juramento na Capela Real dos Paços da Ribeira, onde participaram o Rei, o Príncipe herdeiro, os grandes da Nobreza, os representantes do povo e os cinco bispos presentes.

A Confirmação Papal levou, todavia, 25 anos a concretizar-se, devido a intrigas dos Reis Espanhóis, só vindo a acontecer em 1671, através de breve de Clemente X. Ou seja três anos após ter sido firmado o Tratado de Lisboa, de 1668, que punha termo a 28 longos anos de lutas e sacrifícios de todo o tipo, pela consolidação da nova Dinastia (herdeira ainda, de Nuno Álvares Pereira) e pelo fim da Coroa Dual Filipina, que restituía a Portugal, a sua total soberania debaixo de um Rei natural.

As razões que levaram a esta atitude do monarca português não estão, ainda hoje, completamente dilucidadas e percebidas.

A partir de então os reis portugueses nunca mais usaram Coroa e Ceptro permanecendo estes ao seu lado direito, em cima de uma almofada, em ocasiões solenes.

Deste modo a Imaculada Conceição de Maria, vingou em Portugal muito antes de a Igreja a assumir como dogma de Fé.

O Rei D. João V, em 1717, enviou uma circular à Universidade de Coimbra e a todos os prelados e colégios do Reino, recomendando-lhes a celebração anual da festa da Imaculada Conceição, nas suas Igrejas, em memória do juramento de D. João IV.

Em 6 de Fevereiro de 1818 – dia da sua Aclamação, no Rio de Janeiro – o Rei D. João VI, instituiu a Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, em preito do país, por ter sobrevivido, como reino Independente, às guerras napoleónicas.

O Rei era o grão-mestre desta nova ordem dinástica.

A República extinguiu a Ordem, como Ordem Militar, mas D. Manuel II e seus descendentes vêm continuando a usar as insígnias da mesma, a qual continua em vigor, estando os seus membros sempre presentes na grande peregrinação anual que se realiza no dia 8 de Dezembro, ao Santuário de Vila Viçosa, também conhecido por “Solar da Padroeira”.

Não foi este ano excepção, onde pude observar que a tradição está viva e recomenda-se.

Muito povo nas ruas, nas janelas – onde em muitas ainda se observa o bonito costume de colocar as melhores

colchas das famílias, nos varandins – e incorporados na procissão, que sai do Castelo, percorre várias artérias e o centro da vila e regressa à sua casa na igreja daquela vetusta fortaleza.

Atitude respeitosa de todos.

Quando a procissão passa pela grande praça que se abre para o Palácio dos Duques de Bragança, junta-se a ela uma coluna enorme de cavaleiros e charretes, com os seus trajes típicos portugueses, com os representantes da Cavalaria Portuguesa (neste caso do Regimento de Cavalaria 3 de Estremoz) que são oriundos de Olivença, terra cativa ...

II

A IMACULADA RAINHA DE PORTUGAL. PORTUGAL ONDE ESTÁS?

“Em Portugal se conservará sempre o dogma da Fé”. Assim se terá expressado Nossa Senhora aos Pastorinhos (Fátima, 1917).

A 8 de Dezembro, as cerimónias da Peregrinação Anual, Nacional ao Santuário da Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, decorrem com inusitado brilho. Tal deve-se a um aumento sensível no número de “peregrinos”, à presença significativa da Instituição Militar de que se destaca a vinda do Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas, Almirante Silva Ribeiro; do Comandante da Logística do Exército; a Banda do mesmo Ramo; o enquadramento da missa com honras militares, que incluiu uma guarda de honra ao altar por seis cadetes das Escolas Superiores Militares (dois da Armada, dois do Exército e dois da Força Aérea) e, sobretudo, pela extraordinária homilia de S. Excelência Reverendíssima o Arcebispo de Évora, D. Francisco José Senra Coelho, que presidiu à eucaristia da manhã (e que durou duas horas!), acolitado pelo Bispo de Castelo Branco/Portalegre.



Missa

Contei cerca de 200 cavaleiros e charretes.

Enquadramento religioso a preceito, não se vislumbrando, porém, qualquer bispo, provavelmente por o Arcebispo de Évora (a que pertence Vila Viçosa) ter estado na missa celebrada nessa manhã.

Eis a Peregrinação do 8 de Dezembro.

Valor histórico a preservar, tradição a manter, cerimónia a valorizar, enquadramento cívico e significado político-religioso a difundir, explicar e interiorizar.

A chave de tudo está na quadra do poeta Padre Malhão: “enquanto houver portugueses”...

Nesta missa cantada participaram, seguramente, mais de mil pessoas, estando muitas no exterior da Igreja, mandada edificar pelo grande Fronteiro do Alentejo; Condestável do Reino; um dos homens mais ricos do país, que se fez pobre e carmelita, D. Nuno Álvares Pereira, mais tarde beato e, finalmente, depois de uma “espera” de seis séculos, Santo: o “nosso” São Nuno de Santa Maria. Que Deus o tenha em sua Glória, velando pelo que resta da Nação Portuguesa. E assim estará por certo, pois foi ungido do Senhor: senão como explicar toda a sua vida de cavaleiro valoroso e espiritual, que nunca perdeu um combate ou uma batalha. Note-se que na sua primeira grande vitória, na batalha dos Atoleiros, no radioso dia 6 de Abril de 1384, mudou a tática e o modo de fazer a guerra tradicional e estando em grande inferioridade numérica, viu sorrir-lhe a vitória sem que as tropas portuguesas tivessem sofrido um único morto. Foi sempre inovador e audaz, defendeu os seus, esmolou em abundância tendo criado a “sopa dos pobres”, em Lisboa, e morigerou os costumes. Esperámos seis séculos pela sua canonização a que o Poder de Castela e Espanha sempre se opuseram. Fez-lhe finalmente justiça, o bom Papa Bento XVI que, para tormento da Cristandade, renunciou ao trono de Pedro, em 28 de Fevereiro de 2013, tornando-se emérito. Misericordioso Benedito, que elevaste o bravo Nuno de Santa Maria aos altares, lembra-te de que ele nunca desistiu e esteve sempre pronto a morrer pela causa de Cristo Redentor e por Portugal. A Peregrinação está pois viva, mas deve ser encorajada em todo o País. É certo que existem mais peregrinações de culto Mariano e outras, e que Fátima se tornou a grande peregrinação nacional que quase todo o resto ofusca. Mas a peregrinação ao Santuário de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, é muito importante pois está ligada à Portugalidade e à grande

tradição da nacionalidade. Por isso todas as Câmaras Municipais do País – não só as paróquias (o Estado pode ser laico, mas a Nação não o é) – se deviam mobilizar, pois em 1654, o Rei D. João IV, ordenou que o juramento solene feito pela Nação a 25 de Março de 1646 fosse gravado em pedra e colocado em todas as portas e lugares públicos das cidades e vilas do Reino de Portugal. Que foi feito dessas pedras? Enfim, todos os sectores da vida nacional deviam peregrinar a Vila Viçosa e o “Dia da Mãe” nunca devia ter mudado para Maio. Em Vila Viçosa voltaram a estar presentes este ano, os três “Braços do Reino”: a Igreja, na figura de um Arcebispo (e de todos os que o apoiaram) que fez uma notável homília, não só do ponto de vista teológico e da Fé, mas também no âmbito da História e do Patriotismo; a Nobreza, consubstanciada em nomes de antigas famílias e nos defensores do “reino”, representados nas Forças Armadas, e no Povo que participou em largo número em todas as actividades, sobretudo na procissão, em que se

deve realçar a elevada presença de cavaleiros e charretes, cujo conjunto é liderado por militares da Cavalaria Portuguesa, onde não ficava mal haver um reforço nas próximas edições e a presença de um oficial. Finalmente a Família Real, sempre representada pelo sucessor do Trono e pela Real Ordem da Nossa Senhora de Vila Viçosa (criada pelo Rei D. João VI, em 6 de Fevereiro de 1818). Em boa verdade Portugal nunca deixou de ser uma Monarquia etocrática, sem embargo desta ter sido ilegal e ilegitimamente abolida violentamente, em 5 de Outubro de 1910, já que a Coroa tinha passado, em 1646, para Nossa Senhora, ficando esta, para todo o sempre, Rainha de Portugal. E a Ela ninguém pode destronar... Por isso faz todo o sentido a pergunta que D. Francisco José fez, alto e bom som, sem lhe tremer a voz, por três vezes no fim da sua homília, “Portugal onde estás?” A que se deve acrescentar uma outra: Portugal para onde vais?

III

OS 375 ANOS...

“Tutelarís Regni Nostri”
 (“Protectora do Nosso Reino”)
 “Nossa Senhora da Conceição
 Salvai-nos e Salvai Portugal

Jacultoria em Súplica Mariana

“Ó Glória da nossa terra
 Que tens salvado mil vezes!
 Enquanto houver Portugueses!
 Tu serás o seu amor!”

“Salve Nobre Padroeira”, Cântico Sacro.

“Foi pela Virgem Maria que Jesus Cristo
 Veio ao Mundo, e é também por Ela
 Que deve reinar no Mundo”.

São Luís Maria Grignon de Monfort
 (in “Tratado da Verdadeira Devoção à Santíssima
 Virgem”).

As Comemorações relativas aos 375 anos da Proclamação da Nossa Senhora da Conceição como Padroeira de Portugal encerraram, no dia 27 de Março de 22 (com um ano de atraso por causa da “Pandemia do Covid19”), no Santuário de Vila Viçosa.

Ora, sendo Portugal o único país no mundo, que sendo politicamente uma República tem uma Rainha a coroá-lo, esteve o reino representado pelo Presidente da República, o Herdeiro do Trono e o Comandante dos três braços armados do Reino e putativos continuadores das antigas ordens militares portuguesas (Cristo, Santiago e Avis), de saudosa memória.

O povo faz sempre falta, mas como anda transviado do que é realmente importante e do seu interesse, não chegou sequer para encher completamente a Igreja.

Igreja – agora como Instituição de Cristo na Terra – essa sim, esteve presente em peso, com muitos Bispos e Arcebispos, que organizou a cerimónia religiosa, presidida pelo Presidente da Conferência Episcopal, S. Ex^a Reverendíssima D. José Ornelas.

Esta comemoração tendo um significado político, social, religioso e nacional, destaca-se sobretudo pelo seu carácter imanente e sobrenatural (ou transcendente), por ter a Santíssima virgem, Mãe de Deus, como figura central.

Central por o Poder Político de então representado pela Majestade do Rei Senhor D. João, o quarto, (depois de ratificado em cortes pelos três braços do Reino – Clero, Nobreza e Povo), ter querido abdicar do símbolo da sua realeza na Coroa Real – o que aconteceu a 25 de Março de 1646 - e era extensivo aos seus descendentes, em favor

da Rainha do Céu, que agora passava também a ser Rainha Coroada da Nação Portuguesa.



D. João IV, responsável pela proclamação de Nossa Senhora da Conceição como Rainha de Portugal.

• • • •

O que todos os Reis oriundos da Sereníssima Casa de Bragança, cumpriram até ao infausto fim da Monarquia em Portugal. O que também não foi posto em causa pelo Regime Republicano mesmo nos piores momentos do seu fanatismo laico, representados pela celerada corja jacobina do Dr. Afonso Costa.

Central, ainda, por ter sido em Portugal que, em primeiro lugar, a natureza teológica da Imaculada Conceição (Concepção) mais se impôs ao mundo, sendo mui antiga precursora do Dogma da Igreja, que só foi firmado, em 8 de Dezembro de 1854, pela Bula “Ineffabilis Deus” do Papa Pio IX, se impôs em toda a Cristandade Católica.

Finalmente por ser corolário de, desde tempos imemoriais (anterior à nacionalidade) se chamar a Portugal, “Terra de Santa Maria”.

E bom seria que a grande maioria das mulheres portuguesas voltasse a ter Maria no seu nome, ao invés de termos cada vez mais impronunciáveis e outros que

nada têm a ver com a matriz cultural portuguesa. A data foi considerada de tal forma importante pela Igreja que, numa iniciativa singular, decidiu reunir no Santuário de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa – mandado construir pelo Condestável D. Nuno Álvares Pereira, que subiu aos altares, pela mão do Papa Bento XVI, como São Nuno de Santa Maria, em 26 de Abril de 2009 – as três coroas dedicadas a Nossa Senhora, existentes em Portugal: a Coroa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, de autor desconhecido do século XIX, (a coroa primitiva oferecida por D. João IV desapareceu); a Coroa de Nossa Senhora da Conceição do Sameiro, cujo autor foi Roque Gameiro, em 1904 e a Coroa de Nossa Senhora de Fátima, elaborada pela Casa Leitão e Irmão (antigos joalheiros da Coroa, em 1942).

Não quis ainda o Santo Padre, Papa Francisco, de se associar a esta jubilosa comemoração, enviando mensagem escrita, em 13 de Março e lida pelo Núncio Apostólico, em Lisboa, Arcebispo D. Ivo Scapolo.

Nela fez uma curiosa referência ao Rei D. Sebastião, no sentido em que este teria também tido uma atitude de referência à Mãe do Céu, subalternizando os títulos terrestres.

Não deixa de ser curioso ainda notar a relação havida entre aquele nosso desafortunado Rei com os Agostinhos, de que um dos mais antigos conventos existentes se situa justamente em Vila Viçosa e onde na véspera, tinha culminado uma procissão e onde se oficiou missa presidida pelo enviado especial do Papa, Arcebispo Salvatore Fisichella, Presidente do Pontifício Conselho para a promoção da Nova Evangelização.

Talvez um dia se possa conhecer a documentação existente no arquivo do Vaticano relativa ao desaparecimento do “Desejado” na Batalha de Alcácer Quibir e período subsequente. Faria certamente luz sobre muitas questões em dúvida até hoje. Talvez a mão que escreveu (certamente) o texto que o primeiro Papa Jesuíta assinou, nos possa vir a tal ilustrar no futuro.

Até lá e por tudo o que por cá se passou nestas cerimónias comemorativas se pode ter a noção de que os efeitos da revolução liberal/maçónica/jacobina iniciada, em 24 de Agosto de 1820, na “Cidade Invicta”, ainda se fez sentir na sua quase plenitude.

Não é, pois, apenas a Ucrânia e a Rússia que requerem a consagração ao Imaculado Coração de Maria.

E só espero que a Senhora Nossa, não se tenha arrependido de ter vindo a Fátima.

IV

VILA VIÇOSA: TERRA DE PEREGRINAÇÃO

“Seja assi, senhora, seja assi; e eu vos prometo
Em nome de todo este Reyno; que elle agradecido
Levante um tropheo a Vossa Immaculada Conceição,
Que vencendo os séculos; seja eterno monumento
Da Restauração de Portugal”.

Frei João de S. Bernardino

(Sermão do dia 8 de Dezembro de 1640).

De novo, a 8 de Dezembro - antigo “Dia da Mãe” - se comemora no calendário litúrgico o Dia da Imaculada Nossa Senhora da Conceição, que em Vila Viçosa toma contornos peculiares, por se ter tornado Terra de Peregrinação.



Nossa Senhora da Conceição no Santuário de Vila Viçosa



Tal deve-se a que nesta castiça e importante Vila do

Além-Tejo existe um Santuário dedicado à mãe de Jesus mandado construir pelo Santo Condestável D. Nuno Álvares Pereira, que encomendou em Inglaterra (quando esta ainda não se tinha desviado do caminho do Bem), uma estátua de Nossa Senhora da Conceição, que ainda hoje repousa sob o Altar-Mor; e por, em 1646, o Rei D. João IV, ter coroado Nossa Senhora da Conceição, Rainha de Portugal, fazendo com que, desde então, nenhum monarca português tenha usado coroa (a não ser no acto da coroação), em acção de graças por se ter restaurado a Coroa de Portugal, num português de origem, voltando-se assim a ter novamente uma dinastia portuguesa, o que a dinastia Filipina (dos Habsburgos) tinha interrompido.

Este voto nunca foi quebrado, virando tradição até à infausta queda da monarquia ocorrida no fatídico e lutuoso dia, 5 de Outubro de 1910.

A I República de cariz jacobino, maçónica e ateia, tentou destruir todos os valores subjacentes, os quais, porém, não esmoreceram na alma da maioria da população, que nunca deixou de peregrinar ao Santuário da sua devoção.

Hoje, este acto é um dos já poucos que restam do “Portugal antigo e profundo”, que enformavam a matriz cultural da velha Nação Portuguesa.

Reminiscências que são olhadas, com desamor, indiferença e até repúdio, por grande parte da actual sociedade portuguesa eivada de viciosas práticas e atravessada por ideias abjectas que nada têm a ver com a velha casa lusitana.

São-lhe até blasfemas, insultuosas e subversivas.

Sem embargo, ainda convergem em Vila Viçosa, a 8 de Dezembro, uma cópia razoável de portugueses crentes e patriotas; a população da Vila, através das suas “forças vivas” ainda se mobiliza para o evento, que conta com a prestimosa colaboração de bombeiros, banda de música, escuteiros e da Confraria de Nossa Senhora da Conceição, que tem a seu cargo a manutenção do Santuário e a preservação das suas tradições e culto.

O Arcebispado de Évora também não deixa os seus créditos por mãos alheias.

Delegações de estudantes da Universidade de Évora marcam presença e honram a procissão com a deposição

das suas capas no átrio da Igreja/Santuário.

A procissão abre com um andor do Grande Condestável do Reino, D. Nuno Álvares Pereira, hoje São Nuno de Santa Maria - a quem Portugal muito deve a sua existência - e percorre as principais artérias e praças da Vila que se encontram engalanadas com colchas nas janelas (e já se viram mais...), que estão cheias de gente (nem todos porém se comportam como participantes, mas como simples observadores). E é curioso ver no Santuário e na procissão um número elevado de africanos de tez negra, seguramente nacionais oriundos dos portugueses territórios ultramarinos que, em funesta hora, uma catastrófica "ventania histórica", nos levou.

Eles também eram verdadeiros portugueses por integração e assimilação, que uma lenta comunhão de séculos ia promovendo. Não havia (nem haverá) nada no mundo que se lhe pudesse assemelhar.

A meio do percurso da procissão, juntam-se à mesma, os peregrinos que se deslocam a cavalo ou em charrete, encabeçado por militares do Regimento de Cavalaria 3, aquartelado em Estremoz (cidade que sempre foi praça-forte e bastião de defesa da fronteira), em representação do Exército.

O culto, devoção e importância da Senhora da Conceição levou o Rei, Senhor D. João VI - monarca injustamente vilipendiado e em muitos casos mal aferido, que mãos ainda hoje desconhecidas, assassinaram (tudo leva a crer), em 1826 - decidiu fundar uma Ordem Real, dinástica, em 6 de Fevereiro de 1818 (dia da sua

Aclamação), estando no Rio de Janeiro, a que deu o nome de Real Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, que ainda hoje existe, no seio da Casa Real Portuguesa, e que se faz representar nas cerimónias participando na peregrinação e marcando presença na procissão e na Santa Missa, que se lhe segue.

Por esta ocasião a Real Ordem (que é tutelada pelo herdeiro da Coroa Portuguesa D. Duarte Pio de Bragança, e Grão - Mestre da mesma) oferece, além de um óbolo ao Santuário, uma moeda de ouro, réplica daquela que o segundo filho de D. Maria I mandou cunhar aquando da fundação da mesma.

Longa vida à Peregrinação de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, que se realizará enquanto restar um português: Hossana, Hossana, Rainha de Portugal; Hossana, Hossana, Virgem Maria, assim reza o cântico.

E que o Dia da Mãe (a Mãe como fonte de vida) volte a ser neste dia, o que nunca devia ter deixado de acontecer, apesar da consideração ponderosa apresentada pela Igreja.

"Salve, nobre Padroeira
Do teu povo protegido
Entre todos escolhido
Para o povo do Senhor".

De todo o Reino como preito de homenagem e vassalagem à Mãe do Céu.
É urgente Aportuguesar Portugal.

V

O DIA DA IMACULADA OU A LUSITANA ANTIGA LIBERDADE

"E vós ó bem nascida segurança
Da Lusitana antiga liberdade,
E não menos certíssima esperança
De aumento da pequena Cristandade;
Vós, o novo terror da maura lança,
Maravilha fatal da nossa idade,
Dada ao mundo por Deus, que todo o mande,
Para do mundo a Deus dar parte grande".

Camões, Lusíadas, Canto I, 6.

Como é tradicional, no dia 8 de Dezembro, Portugal comemora o Dia de Nossa Senhora da Conceição, que já foi "Dia da Mãe" e devia continuar a ser.

Os maiores eventos decorrem em Vila Viçosa, Arquidiocese de Évora - cidade, onde "estranhamente" não existe uma única iluminação de Natal.

Lá encontrámos o que resta de Portugal.

Devoção antiga, homenagem à nossa Mãe do Céu e Rainha; "Clero, Nobreza e Povo" juntos e em comunhão; ricos, pobres e todos os mesteres misturados.

Muita gente na rua. Gente que trata do campo, dos animais e da natureza, o convívio telúrico com a terra.

À frente da procissão, o Grande Nuno, Condestável do Reino (isto é, o Comandante do Exército) Beato e Santo. Construtor do Santuário, braço forte às armas feito; audaz e refletido, "Alma pura e bela", no dizer de Afonso Lopes Vieira, "que nos livrou do Leão de Castela";

Patrono da Infantaria Portuguesa.

O andor da “Imaculada”, imponente e humilde, vai a meio, acompanha-o S. Excelência Reverendíssima, o Bispo das Forças Armadas e Segurança, D. Sérgio Dinis que, em boa hora, debuta nestas andanças. Pelo meio as forças vivas da terra, autarquia, bombeiros, escuteiros, banda filarmónica. Em filas de dois, caminham os membros da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição e os da Real Ordem dos Cavaleiros de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, fundada, em 1816, pelo Rei Senhor D. João VI, estando no Brasil.

O actual Grão-Mestre da Ordem e Herdeiro da Coroa Portuguesa, D. Duarte Pio de Bragança incorporou-se na procissão juntamente com membros da sua família.

A GNR está toda na rua garantindo a segurança e a ordem pública. Assim deve ser.



Fiéis reunidos na celebração de 8 de Dezembro em Vila Viçosa.



O povo da vila e das redondezas costuma juntar-se em grande número, as ruas aparecem engalanadas com colchas, reza-se o terço e dá-se graças, que são sempre poucas, dado o desnorte em que quase sempre andamos.

No regresso à Igreja – sua morada – a Rainha por nós coroada, como de Portugal, é esperada por um conjunto de estudantes que fazem das suas capas, tapete, para tão excelsa imagem.

A Santa Missa culmina este dia do calendário litúrgico e feriado nacional. Nela se incorporou também, o que saudamos, o actual CEMGFA General Nunes da Fonseca.

E se os feriados não forem comemorados eles perdem a razão de ser e não se justificam. Um feriado serve para comemorar o (s) evento (s), que o justificam, não é para

ser encarado como um dia de lazer.

O Senhor D. Duarte Pio na sua mensagem referente ao último dia 1.º de Dezembro – onde mais uma vez quem comemorou a data (também ela um feriado que não devia ser de lazer) falou de tudo menos do significado da mesma, como se houvesse vergonha em o fazer, ou existisse algo mais importante para explanar – referiu a necessidade de voltar à Monarquia, está na hora, afirmou.

Só me resta estar com ele e para tal deve ser (bem) preparado um referendo onde tal mudança possa ser decidida, ultrapassando dessa forma o artigo (inqualificável) da Constituição da República que obriga à sua revisão na sua forma republicana.

Ou será preciso fazer um golpe de estado usando de violência como foram os lamentáveis eventos ocorridos em 5 de Outubro de 1910, que roubou o futuro aos portugueses?

Tudo tem de ser mudado politicamente em Portugal.

A Constituição da República está eivada de erros e, por isso, não presta; os Partidos Políticos também não prestam e deviam acabar, ou serem profundamente remodelados (Portugal, aliás, governou-se durante 750 anos sem partidos políticos e esteve sempre melhor – inclui o Estado Novo); Portugal tem de ser inteiro, não “partido” e tem que ter um conjunto alargado de máximos divisores comuns. De outra forma nenhuma sociedade se sustenta.

As revoluções são malsãs, viva a contrarrevolução; fora com os modelos estrangeiros acriticamente importados; não precisamos de ideologias, a nossa ideologia é a de sermos livres e independentes; nenhuma ideologia serviu até hoje para nada a não ser para arranjar divisões, descatos e guerras.

A matriz cultural portuguesa ficou formada, basicamente a partir do reinado de D. Dinis, desde então tudo o resto tem de ser integrado com critério, sem desfazer a coesão e a idiossincrasia nacional. A individualidade resulta da identidade. Nós não somos “inclusivos”, nós somos “exclusivos”!

Nós, os portugueses, humanizámos outros, pelo que ninguém nos coloniza a nós.

Esta a principal razão para que a permanência de estrangeiros no nosso país seja mínima, do mesmo modo que a atribuição de nacionalidade portuguesa o deve ser por excepção e quase como honra.

A religião da maioria esmagadora dos portugueses desde o início da nacionalidade foi a Cristã, de cunho humanista e durante cerca de 200 anos influenciada pelo chamado “Culto do Espírito Santo” (que basicamente durou entre o tempo da Rainha Santa Isabel e o estabelecimento da Inquisição/Concílio de Trento).

Não temos nada contra outras religiões, mas não queremos ser ameaçados por seus agentes. Ou, já agora, por ateus militantes (sejam ateus – graças a Deus – mas não chateiem). Que isso fique bem claro. O Estado pode ser laico, mas a Nação não o é (o Estado representa a Nação, não o contrário).

Por isso não ficaria mal equacionar-se restaurar as três antigas Ordens Militares Religiosas Portuguesas: a Ordem dos Pobres Cavaleiros de Nosso Senhor Jesus Cristo; a Ordem de Santiago da Espada e a Ordem de S. Bento de Avis, de saudosa memória. Os cristãos andam a ser perseguidos em todo o mundo. Isto não é nem nunca foi, a feijões.

As Forças Armadas ainda não recuperaram das profundezas em que se deixaram cair a seguir ao 25 de Abril e até ao 25 de Novembro: o seu dever é sempre o de defender a Nação e garantir a unidade do Estado; pois fizeram exactamente o contrário.

Há 50 anos a esta parte ninguém governa o País em termos portugueses, e todos o roubam, nacionais e estrangeiros.

O país está desarmado e sem o mínimo de Segurança e não tem desígnio nacional. Navega sem rumo e sem leme. Só pensa em fazer negócios onde se ganhe dinheiro. E a Moral e a Ética passaram a ser “relativas”.

A Economia não é um fim em si mesma, mas apenas uma ferramenta de uma Estratégia, ao serviço de um desígnio político. À sua esquerda caminham as Finanças e à sua direita a lei e a decência. Não há maneira de se querer perceber isto.

É preciso ilegalizar tudo o que seja antinacional ou tenha carácter globalista.

É urgente reaportuguesar Portugal. Como dizia Junqueiro, “da mera comunhão de estômagos não resulta uma Pátria, resulta uma pia”.

Estamos, por tudo isto, cada vez mais, resumidos a uma pia.

A peregrinação ao Santuário de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa – a Imaculada – antes de o ser, é uma das poucas manifestações que nada têm a ver com a pia, de Guerra Junqueiro.

Um povo que tenha a coragem de ser pobre (e honrado) é invencível.

Haja Deus, e vergonha na cara.



* Este artigo resulta da compilação de vários textos do autor sobre a Nossa Senhora da Conceição publicados entre 2018 e 2025.

** Oficial Piloto Aviador (Ref.)